POLÍTICA DE IMIGRAÇÃO: UM CASO (GRAVE) DE SEGURANÇA NACIONAL

28/02/23

"Em Portugal a emigração não é, como em toda a parte,
a transbordação de uma população que sobra; mas a
fuga de uma população que sofre".

Eça de Queiroz

A imigração desenfreada, acompanhada pela emigração galopante; a "prostituição" dos "vistos gold"; a aberração da "Lei dos Sefarditas"; o cada vez maior número de reformados estrangeiros a viver em Portugal; os migrantes (seja lá o que isso for); os refugiados (e os que se fazem passar por tal) e o insano facilitismo na concessão da nacionalidade portuguesa, constituem a maior ameaça à Segurança Nacional e à existência da Nação Portuguesa. Não estou a dizer isto de ânimo leve.

Espero que tal tenha sido contemplado, pelo grupo de "sábios", que tem trabalhado no âmbito do designado Ministério da Defesa Nacional para a elaboração do novo Conceito Estratégico da Defesa Nacional, mas tenho as mais sérias dúvidas. [1]

Tal facto – que passou a ser de uma evidência cristalina – é, até, mais gravoso do que a incomensurável dívida pública que nos consome, escraviza e destruirá, em data ainda não aprazada.

A nossa demografia negativa e suicidária, que dura há décadas, sem ter havido qualquer acção que a tente inverter, agrava extraordinariamente toda a situação. E até o excesso de turistas incomoda, defrauda e depreda.

Estamos perante uma tempestade perfeita, com as "autoridades" não só a serem incapazes de controlar a situação, como a incentivá-la. Não por acaso, Miguel de Unamuno afirmou "o português é um povo suicida".

O que se está a passar é um crime de lesa - Pátria. Neste momento deixei de sentir que vivo no meu país… [2]

E tal é fruto de uma perversão doentia e sinistra, que provém de "ideias politicamente correctas" impregnadas de marxismo cultural; ideologias esquerdopatas abjectas e de agendas da ONU (que é apenas instrumental) conducentes a uma suposta "Nova Ordem Mundial", que passa

[1] Mais um CEDN. E será apenas mais um, já que até hoje – independentemente de estar melhor ou pior elaborado – nunca ninguém, a nível de órgãos de soberania do Estado lhe ligou patavina, nunca servindo em rigor, para nada. Minto, serviu para influenciar o conceito estratégico militar (pois este é fundamentalmente elaborado por militares) – nenhum outro ministério jamais elaborou qualquer conceito no âmbito do CEDN – mas tal também nunca serviu para nada, por os sucessivos governos terem olhado para o referido, como se de papel higiénico se tratasse.

[2] Ainda trabalho numa empresa portuguesa, em Portugal, onde as reuniões já são feitas em inglês...

entre muitas outras coisas, pelo "esbater" das fronteiras, o fim dos países e das nações, a que uma mal - intencionada aceleração da mestiçagem, pretende forçar e mundializar. E o que está fundamentalmente, em cima da mesa é a substituição de populações. [3]

A situação em Portugal (que foi sempre um país de emigração, mas não de imigração – agora ficamos com os dois males) começou a piorar extraordinariamente, de há uma década a esta parte, e entrou em exponencial, após a assinatura do "Pacto de Marraquexe", em Dezembro de 2018. [4]

Convénio para o qual o nosso país acordou, de olhos fechados, sem que o Governo tenha dado qualquer explicação ao País; o assunto ter sido discutido no Parlamento, ou seja onde for, e sido praticamente silenciado na opinião publicada.

Deste modo, Portugal está a ser literalmente invadido por hordas de gente de todo o mundo, a maior parte deles, algo miserável (de corpo e de espírito) com incremento inusitado de africanos e de filhos do Industão e cercanias (que nada têm a ver connosco). Ao mesmo tempo que a melhor parte da nossa força de trabalho se expatria.

Os números deste descalabro já começaram a aparecer na comunicação social (embora sem o relevo e dilucidação que merecem) e basta andar na rua para ver e ter a percepção do tsunami demográfico, social e cultural em que estamos metidos. Vou deixar apenas três referências para ilustrar as mentes dos meus compatriotas, que têm olhado para tudo isto, com olhos apalermados e outros do tipo "chico esperto", que encolhem os ombros e dizem que eles não ficam cá, pois querem é ir para outros países!

Existem uns 80.000 pedidos de nacionalidade portuguesa pendentes, só ao abrigo da "Lei dos Sefarditas", 99,9% dos quais, de sefarditas não têm nada e muito menos de supostos antepassados portugueses; o consulado português em Goa, passa desde há uns meses a esta parte, cerca de 400 vistos/autorizações, por dia, para pessoal daquela zona (que nada têm a ver com os descendentes de portugueses do antigo – e saudoso – Estado Português da Índia, para quem inicialmente as facilidades se destinavam) virem para cá e, até, os funcionários passaram a ter instruções para nem sequer fazerem perguntas…

Neste momento, o Ministério da Administração Interna, desconhece o paradeiro de cerca de 300.000 indivíduos que entraram (à balda) no país, e nele deambulam, permanecem ou desaparecem. Ignoro como é que isto é compatível com os acordos com a UE (talvez por ser uma organização em início da fase de implosão), nomeadamente o "Acordo de Schengen".

[3] Do mesmo modo, por exemplo, de quando se deu o movimento descolonizador, o que estava em causa não era tanto a autodeterminação dos povos, mas a mudança de soberanias, e as novas formas de "neocolonialismo".

[4] Este "Pacto" – que na verdade apenas afecta os países da UE, EUA, Canadá, Austrália e Nova Zelândia (o Japão encontra-se protegido por leis apropriadas) – foi assinado pela maioria dos países, embora alguns se tenham retirado logo de seguida, depois de terem medido as consequências – defende na prática, que qualquer pessoa pode deslocar-se e ir trabalhar para onde quiser, sem mais aquelas do que o seu próprio desejo. Convém perceber o que está por detrás de tal aparente filantropia…

A desculpa esfarrapada, que se ouve para olhar para a imigração com bons olhos é a de que faltam trabalhadores. Lamento desapontá-los, mas tal não colhe - e mesmo que colhesse. Em primeiro lugar, tem de se parar com a estúpida mania que vem da Revolução dos Cravos, de que toda a gente tem de ser licenciada, do que decorre que ficaram por preencher, dezenas de profissões e ofícios, o que acompanha a vaidade social (que sempre houve) das "profissões melhores e piores" (a que se tem que acrescentar a inaudita decisão de acabar com o ensino técnico e comercial!). Acresce a isto, a despromoção valorativa do sector primário e até do sector secundário, face ao sector terciário e dos patrícios se terem "aburguesado", a ponto de não quererem desempenhar um conjunto alargado de funções e tarefas.

Ora o que deve presidir ao acesso ao ensino superior (por isso é que ele é "superior") tem de ser o mérito e o querer de cada um. Nem ninguém em seu perfeito juízo (a não ser os directos beneficiários do negócio em que se transformou o Ensino Superior…) deve querer que haja "enxames" de licenciados, pois o que interessa é ter "bons" licenciados (se eu hoje tivesse uma empresa não admitiria ninguém sem lhe fazer um escrutínio completo, pois não dou valor a qualquer certificado de habilitações – com a exclusão, para já, dos militares).

E andar a gastar uma pipa de massa a formar pessoas para depois estas (sem qualquer espécie de retorno) abandonarem o país por não terem emprego adequado, nem remuneração que os retenha, parece de uma estupidez superlativa!

Por outro lado, não há boas nem más profissões, o que tem de haver é bons ou maus profissionais, o que é uma coisa perfeitamente diferente.

Depois tem que se organizar o Estado de modo a que seja produtivo e disponha de funcionários capazes e que não estejam numa média de cerca de 50%, diariamente em greve ou de baixa.

Depois o Estado (que inclui as autarquias) não deve ter tantos "chefes" em relação com os "índios" e estruturas supérfluas e paralelas – o que, aliás, jamais deixará de ocorrer enquanto a organização política e social estiver baseada em Partidos Políticos, que pouco mais representam do que agências de emprego.

Ora, se assim se proceder, já haverá muita gente liberta para o mercado de trabalho.

As empresas da chamada sociedade civil têm de apostar na tecnologia, na reformulação organizativa e de métodos e sobretudo na liderança (que corre paredes meias com o exemplo, a honestidade e competência), no sentido de melhorar a produção, o que permitirá aumentar os salários, o que é fundamental para parar a emigração. E tem que haver sempre autoridade, o que está relacionado com hierarquia, disciplina e avaliação constante de pessoas e métodos; que deve ser algo que não passa por ser uma preocupação na cabeça de ninguém que tenha participado na recente manifestação de professores…

Quanto aos jovens, enquanto estudantes, podem ser aproveitados em trabalhos sazonais, nas extensas férias escolares que têm normalmente no Verão, por exemplo, em trabalhos de limpeza e na agricultura, ou no turismo, em vez de viverem à custa dos pais; cultivarem o ócio,

ou engordarem o tráfico de estupefacientes e as “casas de má vida, nocturna”, que é o que por aí grassa. Seriam só vantagens.

Finalmente não se deve pagar a pessoas para não fazerem nada, como é o caso de parte dos subsídios de desemprego e de reinserção social. E quem recebe subsídios deve sempre dar algo em troca. E neste âmbito tem que se realçar o problema permanente e secular, da “comunidade cigana”, a quem se oferece constantemente direitos cívicos (alguns até que não são extensivos a mais ninguém, como é o caso de acampar/viver em terrenos baldios ou públicos) e não se exige os respectivos deveres, a que se deve juntar a avaliação derivada de um célebre adágio popular que diz “quem cabritos vende e cabras não tem, de algum lado vem…”.

E necessário se torna pôr a população prisional a trabalhar por via das muitas vantagens que tal traria. E mais não digo.

E se, porventura, houver falta de trabalhadores para um qualquer trabalho específico (como foi por exemplo o caso dos “bombardeiros” e “espingardeiros” que importámos no século XVI, e não só) então que se contratem as pessoas adequadas (nada deve ser feito indiscriminadamente) e se lhes faça um contrato a termo.

Quando Portugal descobriu o mundo e se espalhou por quatro continentes, e outros tantos oceanos, a população não ultrapassava os 1,2 milhões de almas, e metade da população masculina (ainda não havia essa porcaria do “género”) perecia no mar ou de espada na mão! E lá nos aguentámos, sobretudo porque as mulheres e os homens portugueses, ainda tinham (e queriam) filhos…

Ora a actual situação que já tem duas ou três décadas, mas só há quatro ou cinco anos se agudizou – havendo todas as possibilidades de ter sido controlada, já que bastava ver o que estava a acontecer na maioria dos países europeus (e outros) e ter posto as “barbas de molho” - acarreta gravíssimas sequelas para o país (algumas das quais se tornarão irreversíveis) e coloca a nossa existência em risco. O que nenhuma, razão de carácter humanitário ou outra, pode justificar.

Sem qualquer preocupação de sistematização ou prioridade, as consequências mais visíveis estão a ser, e vão piorar catastroficamente, as seguintes:

- Aumento das manchas de miséria, por incapacidade de absorção do mercado de trabalho;

- Aumento exponencial de “guetos”;

- Inflação;

- Falta de habitação; pressão sobre os preços; degradação da habitabilidade; incidentes vários, sendo os incêndios os mais visíveis; o que já se está a verificar em grau elevado, com especial incidência nas grandes cidades;

- Aumento da criminalidade, por razões óbvias;

- Aparecimento de “máfias” criminosas que se dedicam à “importação” de imigrantes;

- Necessidade de controlar empresários de poucos escrúpulos, que tentarão explorar muita desta gente como novos escravos;

- Aumento de grupos de inadaptados e “revoltados”, que causarão insegurança e mau estar social, o que se agravará à medida que em que surgirem nova gerações e quanto pior for a integração;

- Revolta de nacionais quando se derem conta que terão maior dificuldade em conseguir alguns dos empregos existentes;

- Aumento exponencial da facilidade na infiltração de espiões; criminosos; e para servir de santuário ou base de retaguarda para elementos do terrorismo internacional;

- Desaparecimento da população branca do centro das grandes cidades, como já acontece um pouco por toda a Europa;

- Aumento importante da litigação judicial (o que é óptimo para os advogados...);

- O tráfico e consumo de droga - que já está fora de controlo, tendo todas as medidas tomadas até agora falhado (aliás só há uma maneira de combater este flagelo criminoso, que é à moda de Singapura) - vão aumentar, só pode. Vai haver muito mais clientela, desadaptados e fonte de recrutamento para o tráfico;

- O Serviço Nacional de Saúde, que já está em perda, vai colapsar (e é inacreditável como se deixou criar um “esquema” mafioso de haver grávidas em adiantado estado, estrangeiras, virem para cá ter os filhos em instituições públicas, de borla);

- As Forças Armadas, que por motivos - que já dissequei tantas vezes - já nem sequer conseguem recrutar os números ridículos de voluntários que o governo autoriza, vão cada vez mais ser invadidas por gente que de português não tem nada, e virarem simplesmente uma espécie de legião estrangeira, não assumida. Algo de semelhante se irá passar nas Forças de Segurança;

Em súmula o País, e isso é o mais catastrófico de tudo - e note-se que tal não tem nada a ver com sentimentos contra os estrangeiros e os estúpidos slogans sobre racismo, xenofobia, etc., com que nos tentam lavar o cérebro, tão pouco com o estrondoso colapso do “multiculturalismo”, tão incensado no passado recente - tenderá a desaparecer, pois aquilo que o individualiza e identifica é sua matriz cultural e esta irá ser esmagada, até porque a maioria da população portuguesa está com uma idade avançada e incapaz, por problemas de saúde, indiferença, falta de ânimo e de informação, de se poder ou querer, opôr a todo este descalabro. E, claro, também já não pode procriar.

Ora possuo em mim, esta estranha coisa de não me parecer nada bem, que o país em que nasci e as pessoas com quem estou acostumado a conviver, desapareçam, tragados por utopias, idiotices e dolo, num acto de aparente eutanásia colectiva.

E ainda assistimos a cenas patéticas de reportagens jornalísticas que depois de se deixar invadir o país por hordas de desgraçados, de qualquer maneira, vêm clamar que os coitados andam a dormir debaixo de pontes, vagueiam pela rua, vivem em magotes em habitação degradada, são objecto de exploração vária (e normalmente escamoteando muitas outras coisas). Como se resolver estes problemas pudesse ser feito de um dia para o outro; os meios financeiros e outros, estivessem na gaveta de qualquer entidade responsável, normalmente sem qualquer tipo de enquadramento crítico sobre o porquê da situação, e, até, manifestando um ar de "admiração" pelo que a caneta, o microfone e a câmara, testemunham![5]

Para os mais "distraídos" vamos fazer apenas umas pequenas contas: suponhamos que os brasileiros – que até falam português (cada vez pior, diga-se) e que constituem já a maior comunidade estrangeira em Portugal (e foram alguns deles que se quiseram tornar estrangeiros, a que um príncipe português de má memória, anuiu em 1822), querem continuar a vir para cá às dezenas de milhar. Estima-se que sejam neste momento 250.000 e muitos outros circulam entre cá e outros países europeus. Ora o Brasil tem cerca de 230 milhões de alminhas. O que acontecerá se houver, digamos 10 milhões, que queiram dar o salto para este lado do Atlântico? O número não é inverosímil, dadas a pobreza, insegurança e corrupção que grassam por lá e a moda que se criou, bastando ouvi-los falar- como vamos ficar por cá? Submersos? [6]

Mas se em vez de brasileiros que, enfim, até foram colonizados pelos portugueses durante 300 anos, têm uma cultura semelhante e são fáceis de integrar (apesar de já cá estarem uma quantidade apreciável de gente de mau porte), pensarmos naqueles oriundos da Península do Industão e arredores, que devem totalizar uns dois biliões (os tipos reproduzem-se como por cissiparidade), com características civilizacionais distintas das nossas (e fico por aqui), cujas comunidades são as que estão a aumentar mais rapidamente nos últimos cinco anos, o número de 10 milhões porventura, ficará muito mais aquém do que irá ser a realidade... Alguém está a pensar nisto e a medir a grandiosidade do sinistro?

E quando houver milhares a querer trazer as famílias para cá? E comprar terrenos? Quantos metros quadrados de terreno e património ficarão em mãos portuguesas, ou que os portugueses consigam adquirir? Note-se que neste âmbito, o perigo maior vem das multinacionais e, ou, outras grandes empresas, que nos andam a comprar tudo e dos reformados de países ditos ricos, que se estabelecem por cá e onde também cabe a lavagem de dinheiro de actividade criminosa.

O Algarve já tem mais residentes estrangeiros do que nacionais…

[5] E aparecem constantemente, uns maduros, nas televisões, a perorarem sobre a desgraça dos "migrantes" que naufragam no Mediterrâneo – realçando sempre as crianças - como se a responsabilidade maior não fosse deles e de quem os mete nestas "aventuras"! A última que ouvi (a começar no maioral do "palácio de vidro" onusino (vulgo Eng. Guterres), foi a peregrina ideia de se criarem "rotas legais seguras" (?) como se o cumprimento das leis existentes não fossem já rotas legais seguras…

[6] Quero lembrar a talhe de foice, que durante décadas os portugueses só podiam emigrar para o Brasil com "carta de chamada".

Por isso há que estabelecer legislação para salvaguardar o solo nacional. E se tal for contra a legislação de Bruxelas, pois teremos que desobedecer, ou saltar fora dessa falsa União, que de união nem sequer tem nada.

E não é só isto que é preciso fazer, mas sim um extenso rol de coisas e emendar a mão em outras tantas. Seguem exemplos:

- O Estado Português tem que denunciar, de pronto, a sua adesão ao Pacto de Marraquexe; acabar com a "lei dos sefarditas" e a concessão de "vistos gold", ou outros que queiram inventar;

- Encerrar e, ou expulsar, "ONGs", ou qualquer outro tipo de organizações, que se venha a verificar terem comportamentos suspeitos em todo este âmbito;

- O Estado Português tem que vigiar atentamente o que se passa na ONU e opor-se a tudo o que possa prejudicar a Nação Portuguesa (é para isso que se paga aos diplomatas);

- A lei da nacionalidade deve ser revista de alto a baixo, para tornar restritiva ao máximo, a atribuição de nacionalidade portuguesa (mas deve ser atribuída aos naturais das antigas províncias ultramarinas que prestaram serviço e combateram nos últimos conflitos militares que enfrentámos e foram abandonados após as independências – uma vergonha inominável que nos acompanhará para todo o sempre;

- As fronteiras têm que ser vigiadas e controladas, e devem estar sempre preparadas para serem encerradas;

- Tem de haver controlo de identidade e circulação interna, para detectar ilegalidades;

- Todos os cidadãos em condições irregulares devem ser detidos e, ou, expulsos do país;

- Devem ser constituídas quotas para refugiados de guerra ou vítimas de perseguições e não se pode albergar todo o mundo, e não se deve tomar gato por lebre;

- Não se deve admitir cá ninguém que não tenha trabalho ou possibilidade de o ter, nem permitir a vinda de famílias que não tenham capacidade de se sustentar;

- Deve ser-se proactivo e abrir concurso para o número necessário de trabalhadores para as áreas necessitadas com discriminação e características positivas;

- Deve impedir-se que estrangeiros adquiram o direito sobre o solo, impedindo a venda de património, mas permitindo o aluguer, salvaguardando o retorno futuro a mãos nacionais;

- É necessário resolver o problema do SEF (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras) que nunca devia ter sido criado, devendo as suas funções ter sido distribuídas pelas Forças de Segurança então existentes; o SEF foi sempre um "erro de casting";

- Deve tentar-se criar condições para evitar que os portugueses emigrem e favorecer o seu regresso;

- Deve criar-se legislação para evitar que qualquer Partido Político possa tirar dividendos eleitorais do apoio que dê a estas "causas" de imigração desregrada e criminosa;

- Deve ser criado um plano para atacar as causas – que não são normalmente as apontadas na comunicação social – da quebra de natalidade entre os portugueses em idade de procriar (que é brutal), e criar incentivos para a natalidade, ao mesmo tempo que se deve combater a cultura de morte existente (destruição de família; aborto; eutanásia; apoio à homossexualidade, etc.).

Os problemas de cada país, devem ser resolvidos nesse país, não devem ser exportados; não dizem que são independentes? Então aprendam a governar-se.

Como cidadão português deixo aqui o alerta e o protesto. E estou (muito) incomodado.

Esta situação é insana. De uma insanidade total.

E se tudo isto não representa um problema extremo de Segurança e Defesa Nacional, o que representará? [7]

João José Brandão Ferreira

Oficial Piloto Aviador (Ref.)

[7] Á atenção dos responsáveis pelas Forças Armadas, Forças de Segurança e Serviços de Informações, o assunto também vos diz directamente respeito. Para o caso de ainda não terem reparado.